

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 7, pag. 376)

Nêste ano de 1642 há noticia de ter estado acampado no sítio da *Pitaranha*, um pequeno lugar do concelho de Marvão, junto à raia, do lado esquerdo da moderna estrada que da Portagem se bifurca em direcção à fronteira, o Duque de Medina Sidónia, próximo parente da nossa rainha D. Luisa de Gusmão, o qual se fazia acompanhar «*de grande poder de tropa*», destinada a destruir Portalegre. Esta noticia fôra dada em Elvas ao general Martim Afonso de Melo pelo portalegrense Jorge Tavares, e a êste, por sua vez, transmitida por sua irmã, viuva de D. João Chumaceiro, pertencente à família fidalga dêste nome, oriunda de Valência de Alcântara e que nesta vila tinha o seu solar.

Conta-se que o famoso general espanhol, ao entrar sem resistência naquêlê indefeso e pacífico lugar, participára logo para Madrid, engrandecendo vantajadamente o successo, que havia tomado «*la gran ciudad de la Pitaranha*» (1).

Não despresou o general Martim Afonso de Melo o aviso previdente de Jorge Tavares, e bem depressa saía de Elvas em direcção a Portalegre, com uma fôrça de 800 infantes e alguns soldados de cavalaria. Quando esta fôrça chegava à região fronteiriça que fica entre Alegrete e Marvão, já a gente inimiga se havia recolhido para o interior (2).

Além do ataque de Póvoa e Meadas, que perdemos, o resto do ano de 1642 e o de 1643 fôram de relativa calma para

(1) João Maria Baptista — *Corografia Moderna de Portugal*, vol. V, pág. 110.

(2) Aires de Varela — *Successos que houve nas fronteiras d'Elvas, Olivença, Campo-Maior e Ouguella, desde 1 de dezembro de 1641 a novembro de 1642*.

a região da fronteira ao norte de Portalegre, mudando-se o teatro das lutas para o sul desta cidade e arredores de Elvas, principalmente depois da entrada em campanha do grande exército de Joanne Mendes de Vasconcelos.

No ano de 1644 recomeçam, com mais frequência e maior ousadia, as incursões e correrias do inimigo na fronteira do norte da província, de que resultavam grandes prejuizos para os lavradores dos termos de Castelo de Vide e de Marvão, que se lastimavam de não poder lavrar os campos nem recolher os frutos das suas sementeiras. As povoações da raia e os campos em volta das quatro principais fortalezas que a defendiam, Marvão, Campo Maior, Elvas e Juromenha, eram os que mais sofriam com os ataques do inimigo, principalmente depois que, ganha a batalha do Montijo, o general espanhol Marquês de Torrecusa passára, em 28 de Novembro, o Guadiana em direcção a Elvas, com o fim de se desforrar da derrota. Pouco depois, este célebre cabo de guerra castelhano, afamado pelo seu valor e pela grande experiência que já havia revelado das coisas militares, é nomeado fronteiro da Extremadura e incumbido especialmente de impedir, a todo o transe, o progresso das nossas armas nas terras próximas da fronteira.

No mesmo ano era encarregado do comando geral das nossas tropas no Alentejo, para se opôr ao projecto do Marquês de Torrecusa, o valoroso e destemido soldado Matias de Albuquerque.

Uma das primeiras incursões das tropas do general espanhol dirigiu-se especialmente contra os termos de Portalegre e Assumar, ficando tristemente assinalada a que se realizou em 24 de Abril, a qual, além de destruir as culturas, deixou mortos alguns lavradores que no campo andavam lavrando. Não deixou Matias de Albuquerque impune a ofensa. No dia seguinte ordenava êle ao mestre de campo D. Nuno de Mascarenhas, já nosso conhecido pelo valor de que dera provas no socôrro a Montalvão, para que com o terço do seu comando, a cavalaria de Portalegre e a de Castelo de Vide, fôsse castigar a afronta dos castelhanos. Por alvitre do próprio D. Nuno foi atacada a vila de Membrillo, com uma população de cêrca de 400 visinhos e a sete léguas no interior da fronteira. Apesar da bravura com que os seus moradores se defenderam, foi a vila tomada pelos nossos, saqueada e abrazada, respeitando-se apenas a igreja, onde se haviam refugiado os moradores não combatentes. Nêste combate, que se estendeu também á povoação próxima de Solorino,

teve o valoroso terço de D. Nuno sete mortos e nove feridos, entre os quais Inácio Pereira de Aragão, que muito se havia distinguido na peleja pelo seu arrôjo e valentia.

No ano seguinte, 1645, o facto que mais interessante se nos deparou nos documentos da antiga Secretaria da Guerra, relativamente à história militar de Marvão, foi a notícia de ter sido prêso e internado no castelo de S. Jorge, em Lisboa, para responder em conselho de guerra, o governador daquela praça, António Pereira de Lacerda. Isto se prova pela carta que em 9 de Junho era enviada a Belchior de Brito de Lemos, ordenando lhe que buscasse o capitão-mór de Marvão, ao tempo presente na côrte, o prendesse e levasse ao castelo de S. Jorge, onde deveria ficar internado no *Castellejo*, à ordem e sob a guarda do sargento-mór Constantino Cadena (1).

Não nos foi possível descobrir o motivo do procedimento havido para com o capitão-mór de Marvão; supomos, porém, que êle não deveria ter sido deshonoroso e ofensivo dos brios do valente militar que, durante alguns anos, estivera no govêrno superior daquela praça, porquanto, a 17 de Março de 1646, ainda êle era capitão-mór de Marvão, cargo de extrema responsabilidade e confiança na fronteira durante o período agitado da guerra. É o que parece deduzir-se de uma carta do rei para o mestre de campo Joanne Mendes de Vasconcelos, com a data acima referida, e para êste informar sôbre o pedido de licença que fazia o capitão-mór António Pereira de Lacerda, para sair de Marvão por motivo de doença e urgente necessidade de se curar (2).

No ano de 1646 há notícia de outros sucessos na fronteira de Marvão. Nêste ano, algumas fôrças portuguesas em número aproximado de 4:000 infantes e 1:500 cavalos dão um assalto à praça de Valência de Alcântara, ataque que foi repellido com perda de muitos soldados da nossa parte e no qual tinham entrado duas companhias do terço da guarnição da praça de Castelo de Vide. Estas fôrças, quando retiraram, conseguiram recolher muitos gados, queixando-se os espanhóis de terem sofrido, com esta incursão, grandes prejuizos em vinhas, fazendas e olivais.

Em 28 de Outubro de 1648 novo ataque se fazia à praça

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. VI, fl. 11 v. — *Archeologo*, ano de 1916, pág. 156.

(2) Idem, *ibidem*, liv. VII, fl. 80.

de Marvão com uma fôrça que se computava em 5:000 infantes e 1:500 cavalos. O Marquês de Lagañes, chefe das fôrças castelhanas, compostas de 11 corpos de tropa com 600 cavalos, dirige-se, da parte de Albuquerque, contra a fronteira portugueza, com o fim de saquear não só a praça de Marvão, como as de Arronches, Portalegre e Castelo de Vide. A carta de Martim Afonso de Melo, que transcrevemos, é, a êste respeito, elucidativa e cheia de interêsse:

«Senhor — Terça feira pela menham que forão nove do corrente tive avizo certo de que o Inimigo havia marchado com onze Tropas na volta de Albuquerque e que levava bastimento para trez ou quatro dias, de pam e alguma cevada; e parecendo-me que poderia marchar á Beyra, despachey a D. Sancho Manoel pera que estivesse com todo o cuidado, e logo mandey montar dés Tropas nossas, sete de Elvas e trez de Campo-mayor, com o Commissario geral Tamaricut, ordenando-lhe que tomassem o caminho de Portalegre, e que fossem caminhando áthé acharem noticias se o inimigo havia entrado por aquellas partes; e caminhando aquelle dia, e noite se topou com ele ontem dés do corrente de madrugada entre Portalegre e Marvão, e a nossa Cavallaria com grandissimo valor assi soldados como cappitaens, os envestiram com a Espada na mão com tal bizarria que o Inimigo se nam atreveu a esperar o impeto; e dando nelles, os derrotaram matando e fazendo prizioneyros a mayor parte, tomando-lhe mais de dozentos cavallos, e que se vam ainda achando alguns dos que se metterão fugindo pelos matos, com que não podêmos com mais certeza saber os que escaparam. Mando o thenente de Mestre de Campo geral João Leite para que melhor represente a Vossa Magestade a dispoziçam desta Jornada, que como se fez sem estorvo, logo Deos nos fez mercê de haver bom successo. Seja Vossa Magestade servido mandar escrever ao Commissario Geral Tamaricut, o bem que fez o que lhe ordeney, e aos Cappitaens e mais officiaes que governaram as Tropas, a boa resolução com que se ouverão nesta occaziam; que aos soldados eu tomo por minha conta dar-lhe agradecimento; porque he certo que andam todos com inveja de quem hade ser mais valente. Deos guarde a Real Pessoa de Vossa Magestade por muytos annos como

todos seus vassallos havêmos mister. Elvas em 11 de Junho de 1648. — *Martim Afonso de Mello* (1).

No ano seguinte, 1649, dá-se nos campos de Marvão um renhido encontro entre uma companhia de cavalaria de Valência e tropas do terço de Castelo de Vide.

Em 4 de Março deste mesmo ano uma companhia de 200 cavaleiros, sob o comando de D. Pedro de Alencastre, faz nova entrada nos campos de Valência, cuja praça é atacada, recolhendo os nossos muitos gados quando retiravam.

No ano de 1650 sofrem os campos de Marvão nova entrada das tropas castelhanas, as quais conseguiram chegar até aos campos da vila do Crato. Estas tropas, no regresso à praça de Valência de Alcântara, travam encarniçado combate com uma força portuguesa, sob o comando do capitão Lopo de Sequeira, entre os termos de Castelo de Vide e Marvão, junto ao ribeiro do *Melrisso*. A força portuguesa desbaratou os castelhanos que foram perseguidos com grandes perdas (2).

No ano seguinte a praça de Valência é, outra vez, atacada por forças portuguesas, cujo número os espanhóis calculavam em 3:000 infantes e 1:000 cavalos. Novos ataques se repetem contra esta praça nos anos seguintes, sendo o mais violento o que se realizou em 1657, ano em que foi sitiada a praça (3).

Por carta datada de Lisboa em 9 de Novembro de 1649, era nomeado capitão-mór e governador de Marvão, com o soldo mensal de 40 cruzados, Jorge da Silva, lugar que ficára vago pela nomeação de Afonso de Mesquita Pimentel para o cargo de sargento-mór de Évora (4). Em 14 do referido mês é a nomeação do novo governador participada ao Conde de S. Lourenço, Martim Afonso de Melo, que, como já dissemos, governava as armas da província do Alentejo (5). O curioso documento que a seguir publicamos e que encontra-

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Manuscrito*, n.º 610, carta 218.

(2) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, tom. I, págs. 219, 323, 330, 573, 651, 718 e 788. — Biblioteca Nacional — *Manuscrito*, n.º 59, fl. 14.

(3) *El Curioso Averiguador de Valencia d'Alcantara*, Febrero de 1908, n.º 4.

(4) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. XII, fl. 28 v.

(5) Idem, *ibidem*, liv. X, fl. 168 v.

mos na valiosa colecção de manuscritos da Biblioteca da Ajuda, refere-se ao governo de Jorge da Silva e às queixas que o povo da vila levára perante o monarca, pela severidade que o capitão-mór para com êle usára. O seu teor é o seguinte :

«Joanne Mendes de Vasconcellos, amigo, Ev El-Rey vos envio muito saudar. O Juiz e vereadores, e Procurador da camara da villa de Marvão me representarão, na carta que com esta se vos remetera, que por ficarem o povo, e moradores d'ella, tão offendidos do aspero governo do capitão-mór George da Silva, me pedem proveja este cargo em ministro de tais procedimentos que satisfizesse pontualmente a meu serviço e bom tratamento d'aquelle povo. Encomendovos que vendoa me informeis com vosso parecer, sobre o que referem, e pedem para lhes deffirir, como mais convier ao meu serviço. Escrita em Lisbôa a 20 de setembro de 1657. — *Raynha*» (1).

Não nos foi possível encontrar a informação de Joane Mendes de Vasconcelos acêrca das acusações do povo de Marvão contra o capitão-mór, nem a defesa por êste produzida no inquérito a que se deveria ter procedido em virtude da carta que inserimos acima. O que de positivo averiguamos foi que, em vista da incompatibilidade existente entre a Câmara, o povo da vila e o capitão-mór Jorge da Silva, já em 29 de Setembro do referido ano, 1657, êle se havia retirado de Marvão, cujo govêrno tinha sido dado a Simão Pita Pôrto-Carreiro. Isto se comprova por uma carta que nessa data o rei dirige a Joane Mendes de Vasconcelos acêrca de uma representação do sargento-mór Simão Pita Pôrto-Carreiro, alegando que servira, durante muitos anos, nas guerras do Brasil e do reino e que, presentemente, era capitão-mór de Marvão (2).

Prosseguindo na narração dos sucessos militares ligados à fortaleza de Marvão, interrompida pelas referências que fizemos à saída do capitão-mór Jorge da Silva, averiguamos, pelo documento que julgamos interessante dar também aqui na íntegra, que no ano de 1653 se travára com bom êxito, no

(1) Biblioteca da Ajuda — Ms. 50, VI, 30, fl. 8.

(2) Idem — Ms. 51, VI, 30, fl. 6.

termo de Marvão, um combate com uma companhia de cavalos de Valência de Alcântara, surpreendida no sítio da Nave por forças nossas do comando do tenente Nicolau Dias Penco. O documento, sobremaneira honroso para o bravo tenente, é do teor seguinte:

«Conde amigo. Eu o Principe vos envio muito saudar como aquelle que amo. Das vossas cartas de 20 de dezembro e mês de Janeiro do proximo passado entendi o bom successo com que se derrotou a companhia de cavallos que o inimigo tinha de quartel em Valência de Alcântara e a que estava na Nave aprisionando se o cappitam della, e do acerto com que se ouve nesta segunda ocazião o Thenente Nicolau Diaz Penco a que se encarregou esta fassão. E pareceome dizervos que de tudo fico advertido e com toda a satisfação do cuidado com que procuraes acresssentar mayor reputação a minhas armas, e de minha parte agradecereis ao Thenente Nicolau Diaz o bem que procedeo naquella ocazião de que terey lembrança para lhe fazer a honrra e merce que ouver logar. Escrita em Lisboa 8 de fevereiro 653. — *Princepe*» (1).

Nos últimos meses do ano de 1660 a Espanha activava os preparativos para invadir Portugal com um forte e numeroso exército confiado ao comando de D. João de Austria. Começou, pois, para a fronteira um novo período de duras privações e de permanente alarme. Com o fim de prevenir qualquer surpresa do inimigo convidava o Conselho de Guerra os lavradores que morassem em lugares abertos e de fraca defesa a recolherem o seu pão para o interior, de forma a dificultar-lhe os meios de alimentação, obrigando-o a maior trabalho e a trazer maiores e mais continuados comboios, facto que poderia dar ocazião a cortar-se-lhe algum que o arriscasse a uma ruína. Determinava-se aos mesmos lavradores que estivessem prontos para deitar fogo aos seus pa-

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. XV, fl. 61.

Nicolau Dias Penco, a quem se faz elogiosa referência nesta carta, havia sido proposto, pouco antes, para comandante desta companhia, lugar que vagára pela morte de seu irmão Fernão Sanches. — *Idem, Conselho de Guerra*, maço 10, doc. 73.

lheiros, quando o inimigo entrasse, antes que êle os pudesse aproveitar (1).

No ano de 1661 as praças da fronteira redobram a sua vigilância começando a ser inspeccionadas pelo general Conde de Schomberg, nomeadamente as de Portalegre e terras circumvisinhas (2).

Na primavera do referido ano D. João de Áustria tinha entrado no nosso território e tomava, a 17 de Junho, o castelo e a vila de Arronches. Retira-se, pouco depois, para voltar em maio do ano seguinte com um novo exército de tropas frescas e reforçadas. Aproveitando-se da divergência que lavrava entre os nossos generais sobre os planos de defesa, o que muito enfraquecia o nosso exército, consegue incendiar Vila-Boim, ganhar Borba, sitiar e render Juromenha, apossar-se de Veiros, Monforte, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Crato, Assumar, e, finalmente, entrar sem resistência em Ouguela (3).

Em 1662 é descoberta na vila de Marvão a traição de três pessoas que pretendiam entregar a praça ao inimigo. A forma patriótica como procederam os representantes do município e o mestre de campo António de Freitas e Silva, governador da praça visinha de Castelo de Vide, é comprovada pela seguinte carta que o monarca dirige à Câmara da vila:

«Juiz, Vereadores e mais officiaes da Camara de Marvão. — Eu El-Rey. Recebeusse a vossa carta de quatorze de Mayo proximo em que me daveis conta de se descobrir a traição de tres pessoas d'essa Praça que a queriam entregar ao inimigo e de como vos socorrera o M.^o de Campo Antonio de Freitas da Silva, governador da de Castello de Vide a quem mando escrever agradecendo-lhe o cuidado que teve de vos socorrer com uma companhia de infantaria, munições, mantimentos e outras cousas de que então necessitaveis prestandovos juntamente dinheiro para as fortificações d'essa Praça por não pararem por falta d'elle me pareceo agradecervos (como por esta faço) o cui-

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Secretaria da Guerra, Decretos*, Maço 19, doc. 114, de 22 de Setembro de 1660.

(2) Idem — *Conselho de Guerra, Registo de Patentes*, liv. 27, fl. 3.

(3) Jeronimo Mascareñas — *Campaña de Portugal por la parte de Extremadura el año 1662*.

dado com que trataes na deffensão d'ella e me déstes conta do grande serviço que n'esta ocasião me fez o m.^o de Campo Antonio de Freitas acudindo com tudo que então necessitaveis. Escrita em Lisbôa a 27 de Junho de 1662. — *Rey*» (1).

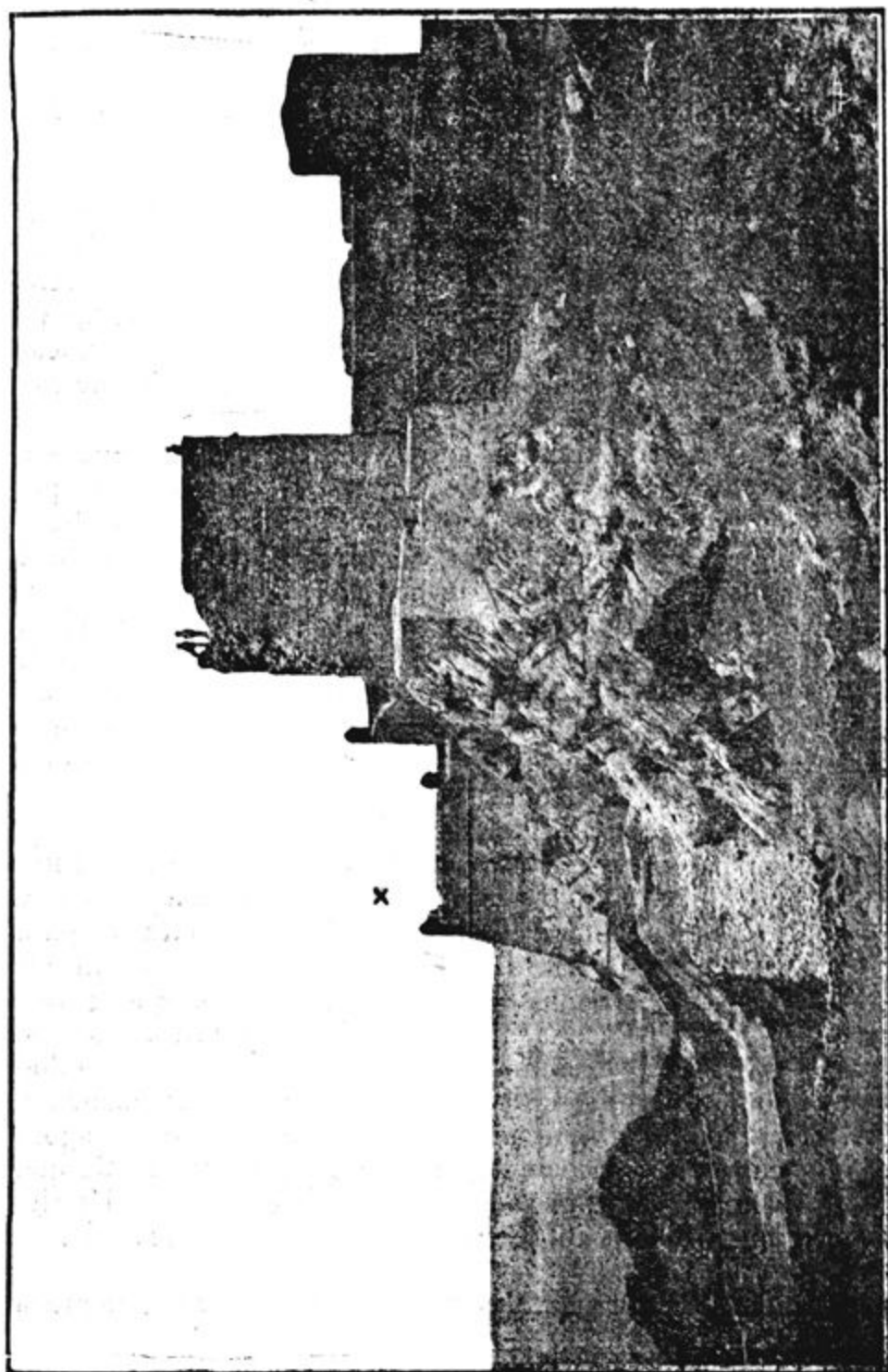
Não é de menor interêsse para a história da vila a carta que a seguir publicamos, dirigida ao Marquês de Marialva, digna de ser também conhecida na íntegra, porque ela vem mostrar-nos a importância estratégica e militar que se ligava à praça de Marvão e o cuidado que o govêrno e a fortificação dela mereciam àquele nosso tão famoso cabo de guerra:

«Honrado Marques amigo = Eu El-Rey. Recebeusse a vossa carta de 27 d'Abril proximo passado em que me representais a grande importancia de que he a praça de Marvão e o pouco cuidado que d'ella se teve athe agora, assy de fortificação como de quem a governasse per cuja causa, e pellas razões que para isso apontastes nomeastes para governador della a Duarte Lobo da Gama por concorrerem nelle todas as boas partes que se requerem per estar incapaz d'esta occupação Simão Pitta Porto Carrero a quem devia mandar acomodar com hum intertenimento em hũa das fortalezas da barra, e porque a Duarte Lobo mandey passar patente d'este governo me proporeis a Simão Pitta na forma que vos parecer. E no tocante a Monçaraz não sei se Duarte Fernandes Lobo aceitara hir para esta praça e não deixo de reparar em que Balthazar Telles Coelho he sogeito de tanto valor que governando Jeromenha quando o Marques de Laganés estava em o exercito na ponte de Olivença a mandou tomar por entrepreza elle a defendeo rechaçando o inimigo com muito credito e não será justo que agora com tão pouco o deponha, sem o acomodar de que vos faço este aviso para o terdes entendido. Escrita em Lisbôa a 26 de mayo de 1662. — *Raynha*» (2).

Tratava-se activamente, como se vê, de fortificar esta praça

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Secretaria da Guerra*, liv. 27, fl. 61.

(2) Idem, *ibidem*, liv. 26, fl. 60.



Marvão — A Torre de Menagem; frente para o sul

pelo receio da aproximação do inimigo, que nessa ocasião se dirigia de Monforte para Portalegre. Era, pois, urgente acudir

às praças do norte da província, cujas guarnições fôram logo reforçadas com mais infantaria, o que constitue o assunto de uma outra carta dirigida ao Marquês de Marialva (1).

No ano seguinte, 1663, continuaram os preparativos na fronteira com o fim de repelir ataques iminentes do inimigo, como de facto succedeu.

No ano de 1664 o campo de Marvão foi teatro de um dos mais encarniçados combates que se deram durante todo o período da guerra. A vizinha praça castelhana de Valência de Alcântara, assente, como dissemos, em dois pequenos outeiros, na planície que se desdobra a nascenté do elevado monte de Marvão, e à distância de duas léguas desta praça, depois de vários ataques das tropas portuguesas era, finalmente, conquistada, conservando-se em nosso poder até 1668, ano em que se ajustou a paz entre Portugal e Espanha. Pelo art. 2.^o do respectivo tratado entre as duas corôas, com data de 3 de Março de 1668, acordou-se restituirem-se reciprocamente as praças tomadas, com os termos e confrontações que tinham antes da guerra, e respectivos bens de raiz. Estes bens deveriam ser restituídos aos antigos possuidores, ou a seus herdeiros, depois de pagas as bemfeitorias úteis que nêles, porventura, se tivessem feito. Comandava o exército que entrou na heróica empresa da expugnação da praça de Valência de Alcântara o Marquês de Marialva, e tinha esta praça como governador D. João de Ayala Mexia, soldado de grande reputação em Espanha. O exército português chegou em frente de Valência no dia 14 de Junho de 1664. Começou o combate no dia seguinte, o qual durou até ao dia 21, tendo soffrido a praça duros e successivos assaltos das nossas tropas e das fôrças francesas e inglesas que comnosco combatiam (2).

Acêrca do aquartelamento destas tropas era dirigida uma carta ao Conde de Schomberg, em 28 de Setembro de 1667, em resposta a outra que o Conde escrevia sôbre a impossibilidade de se aquartelarem todas as tropas francesas nas praças fronteiras e fechadas. Determinava-se ao conde que, quando nas praças fechadas não fôsse possível encontrar alo-

(1) Christóvão Ayres — *Historia do Exercito Portuguez — Guerra da Restauração*, vol. I, pág. 85.

(2) Sôbre o valor dos ingleses no ataque a Valência de Alcântara, pode ver-se Christóvão Ayres — *Historia do Exercito Portuguez*, vol. II, pag. 96.

jamentos para toda a tropa francesa, se deveriam mandar aquartelar nas segundas praças da provincia, como eram: Monforte, Fronteira, Veiros, Crato, Álder, Nisa, Alpalhão, Gáfete e mais lugares circumvisinhos. Diz-se também nessa carta que, não obstante as praças serem abertas, desde que houvesse cuidado da parte dos officiaes, poderiam as tropas estar seguras dos intentos do inimigo e acudir facilmente a fronteira, quando fôsse necessário o seu auxilio (1).

Este documento, além do assunto especial de que trata, dá-nos indicação das praças que se consideravam abertas e de segunda importância, na parte norte da provincia.

Na próxima vila de Ferreira sujeita, então, ao nosso domínio, fôram alojadas cento e tantas praças da companhia de cavalos do comando do coronel francês, e uma companhia inglesa de cerca de 40 cavalos. Contra esta determinação de Schomberg representou a Câmara com o povo daquela vila alegando que sofriam muitas vexações com o alojamento de tanta tropa e com os pesados tributos de terem que lhes fornecer camas, azeite, lenha, etc. Queixavam-se também de que, sendo o número de soldados quasi igual ao dos moradores da vila, haviam sido muitos dêles expulsos das suas casas, sem mesmo se respeitarem as pessoas eclesiásticas, os officiaes de justiça e do almoxarifado, crescendo ainda a isto os grandes prejuizos que resultavam para os lavradores, impossibilitados de cultivarem os seus campos pela destruição que fazia a companhia inglesa. Este facto havia contribuído para se despovoarem mais de 40 lugares.

O rei, depois de ouvido o seu conselho, atendeu totalmente a justa petição dos moradores de Ferreira, mandando aliviar a vila do alojamento das tropas estrangeiras.

No dia 21 de Junho rendia-se a praça de Valência de Alcântara, não sem grandes difficuldades, como acima dissemos, vencidas pelos nossos valentes soldados com o auxilio das tropas estrangeiras a que aludimos. Apesar da heróica e destemida resistência dos moradores daquela vila, o seu bravo governador viu-se obrigado a firmar, com o Marquês de Marialva, os artigos da sua capitulação. Concedeu-se à praça o prazo de quatro dias de dilação em virtude do que se suspenderam as hostilidades.

Decorrido este prazo de quatro dias, em uma terça feira,

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Conselho de Guerra, Consultas*, Maço 27, Setembro de 1667.

24 de Junho, às quatro horas da tarde, era entregue a chave da porta de S. Francisco ao Marquês de Marialva. A praça foi em seguida ocupada pelos portugueses e o seu governo entregue ao mestre de campo D. Manuel Henriques de Almeida, que governava então a praça de Castelo de Vide.

Na portaria de 26 de Junho do ano de 1664, assinada pelo Secretário de Estado António de Sousa de Macedo e dirigida ao vereador da Câmara de Lisboa Cristóvão de Melo, que então estava fazendo as vezes de seu presidente, participava-se que Sua Magestade havia determinado ir no dia seguinte, sexta feira, à igreja da Sé, dar graças a Deus e ouvir missa pela tomada da praça de Valência de Alcântara, uma das melhores da Estremadura espanhola.

(Continúa).

P. M. LARANJO COELHO.